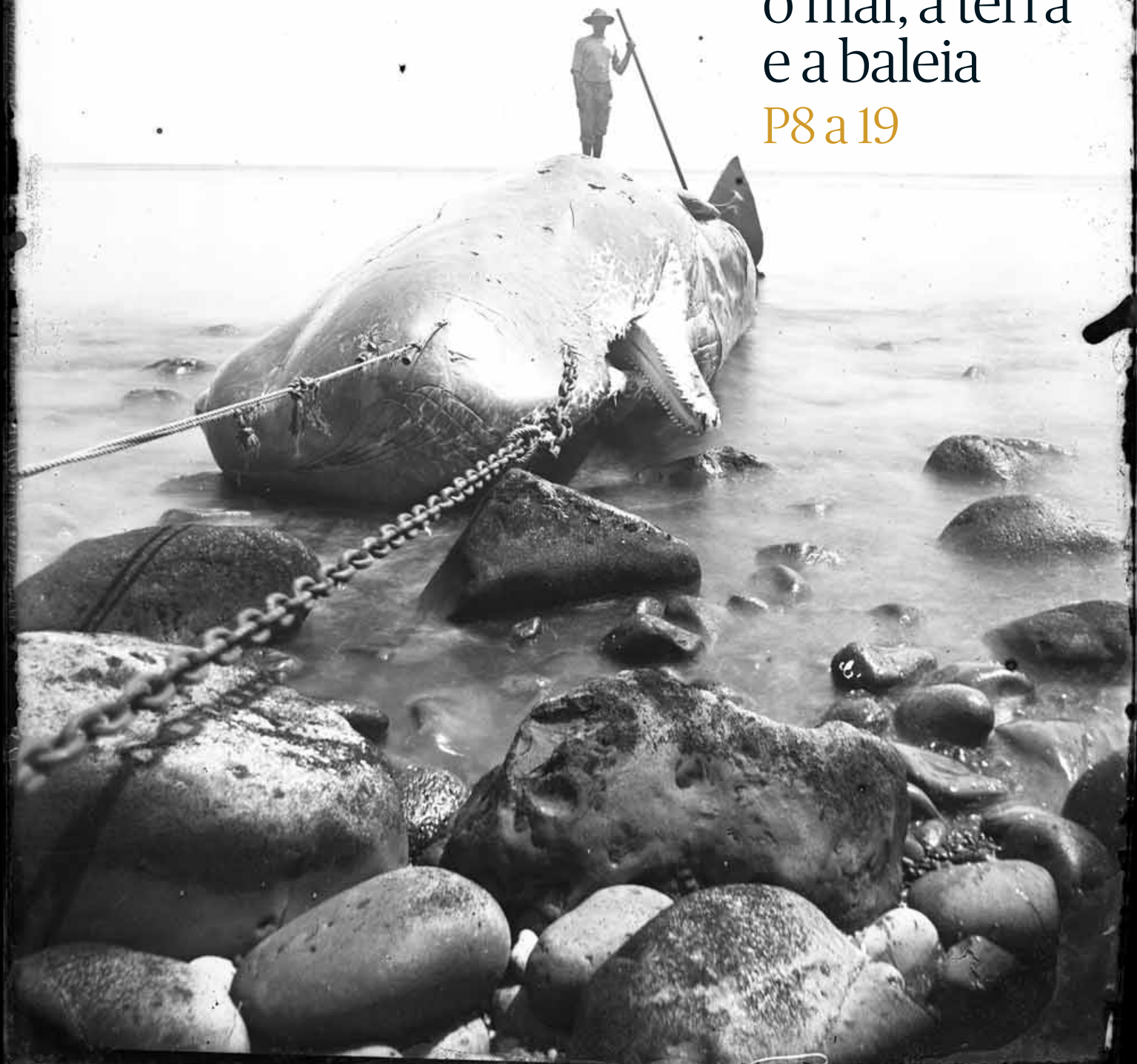


Público P2

Açores
O tempo em
que não havia
outra coisa:
o mar, a terra
e a baleia
P8 a 19



Começou no século XIX e só terminou mais de cem anos depois. O último cachalote foi caçado nas águas dos Açores há 30 anos. Ao longo de dois anos, um realizador açoriano e um investigador lisboeta viajaram por todo o arquipélago para ouvir e gravar as histórias dos baleeiros que ainda restam. Não estão à procura de novos enigmas, só de mergulhar ainda mais neste mistério

Por **Frederico Batista** Texto e Fotografia

Começou no século XIX e só terminou mais de cem anos depois. O último cachalote foi caçado nas águas dos Açores há 30 anos. Ao longo de dois anos, um realizador açoriano e um investigador lisboeta viajaram por todo o arquipélago para ouvir e gravar as histórias dos baleeiros que ainda restam. Não estão à procura de novos enigmas, só de mergulhar ainda mais neste mistério.

O bananal fica à sombra de uma arriba, na fajã larga de Santa Cruz das Ribeiras, no Sul da ilha do Pico. Nas bananeiras, os novos cachos vão começando a rebentar. A esses rebentos dá-se o nome de “netos”, explica-nos Luís Bicudo. Pode parecer um preâmbulo estranho para iniciar uma história sobre uma actividade que terminou nos Açores há três décadas – a baleação – e sobre como duas pessoas quiseram resgatar do esquecimento a memória dos seus protagonistas. Mas os netos que brotam destas bananeiras têm tudo a ver com um dos braços desta história.

Quando estava no último ano do curso de Cinema, Luís realizou a curta-metragem *A Banana do Pico*, que o próprio resume como “uma desculpa” para falar sobre os avós. O bananal, o tal que fica à sombra da arriba, pertence-lhes e Luís vai ajudando a tomar conta do terreno. “Olho muito para os meus avós como máquinas do tempo. Quando falo com eles, ou com pessoas da idade deles, o que sinto é que estou a falar com homens de outro planeta.” O fascínio não se explica, portanto, é de outro tempo e quase extraterrestre. Com este encantamento, enriquecido pelas recordações da baleação que ia arrancando do avô, antigo baleeiro, iniciou em 2010 um novo projecto, a longa-metragem *Baleias e Baleeiros*, que concluiu três anos depois. Queria registar o contraste entre passado e presente que lhe saltava à vista, quando escutava as histórias contadas pelos baleeiros ainda vivos e quando olhava para as regatas de botes baleeiros que mobilizavam uma nova geração.

O processo não era apenas pessoal, era também o de um arquipélago a acordar para a baleação açoriana após alguns anos de esquecimento. Com o fim da actividade, na década de 1980, o património baleeiro correu o risco de ser tragado pelo tempo e só com o aproximar de um novo século, no final dos anos 1990, se iniciou um movimento de valorização e recuperação deste legado. A herança material, na qual cabem os botes usados na caça, mas também as fábricas onde se processavam os produtos extraídos dos cachalotes, e mais tarde a herança imaterial. Foi sobretudo esse imaginário intangível que cativou Luís.

“Foi uma espécie de ciclo vicioso.” →

AÇORES

À procura de homens que são máquinas do tempo

JOSÉ LUÍS ÁVILA SILVEIRA/PEDRO NORONHA E COSTA/ARQUIVO DE VILLA MARIA



Filmou novamente os avós. Passou para outras pessoas da mesma geração na freguesia. Mais tarde, alargou as filmagens para mais aldeias, tanto no Pico como no Faial. “Queria ouvir mais e mais. Percebi que já não estava a filmar só para fazer o filme, estava também a trabalhar numa recolha que ia muito para além dele. A certa altura tive mesmo de parar. Mas foi difícil.” Ao mesmo tempo, mas em Lisboa, Francisco Henriques encontrava neste filme uma outra forma de olhar para a baleação. “O Luís estava a dar voz aos baleeiros”, precisa o investigador em História Contemporânea e aluno de doutoramento do Instituto de Ciências Sociais de 30 anos.

Para Francisco – que tinha chegado à baleação, como muitos outros, através de *Moby Dick* e que aprofundou esse caminho nos anos que passou nos Açores – o filme funcionou também como a confirmação de algo que já remoía na sua cabeça. Num seminário, em que apresentou o seu trabalho de mestrado sobre a formação da indústria baleeira, a orientadora perguntou-lhe: “Então os baleeiros?” A dúvida encontrou um eco. “Isso tinha sido uma inquietação. Os documentos com que tinha trabalhado diziam muito pouco sobre o impacto social que a baleação tinha na comunidade.” Dois anos depois iniciava com Luís um projecto de recolha de memória oral da baleação, que os levou às nove ilhas para filmar os depoimentos de dezenas de antigos profissionais. O tempo continuava a passar, explica Francisco. “Há uma espécie de canto do cisne, estes homens estão a desaparecer”.

“Agora restam poucos, não vão encontrar muitos”

No Pico, os dias prolongam-se na justa medida do necessário. Vinte e quatro horas servem para tudo, incluindo viajar no tempo. Na maior parte das vezes, o dia começa cedo para Luís e Francisco – com uma entrevista combinada, semicombinada ou ainda por combinar. Entram no carro, avançam uns quilómetros até à freguesia mais próxima. Perguntam por um baleeiro, recebem outras indicações e avançam numa nova direcção. Porta a porta, vão encontrando aquilo que procuram. Noutros dias os planos não correm bem: nenhum baleeiro lhes aparece no caminho, os que aparecem preferem não falar. Este dia de Setembro de 2016 está a ser um destes. No entanto, precisamente quando o sol já começa a descer e a entornar sobre a água uma luz que a torna opaca, parecem reconhecer ao longe um dos baleeiros que procuravam. Porte maciço, braços longos, mãos robustas. “Vê-se logo que é um baleeiro”, comentam. É verdade, encontraram mais um.

Joaquim Quaresma acaba de sair do mar,

na Ribeira do Meio, perto da vila das Lajes. Ao fundo a silhueta da chaminé da antiga fábrica da baleia. Logo ao lado a rampa pela qual os cachalotes eram erguidos para terra. As gotas de água ainda escorrem pelas costas largas deste homem de 74 anos, quando Luís e Francisco se aproximam dele, numa abordagem suave, quase tímida, mas que na verdade esconde um respeito imenso. “Falaram-nos de si. Andou à baleia, não é verdade?” A conversa prossegue como muitas outras que já foram tendo sempre que se aproximam de um baleeiro. Conseguimos adivinhar as respostas. “Agora já restam poucos.” “Não vão encontrar muitos.” “Esse já morreu.” “Agora já há pouca gente.” “É a vida.” A conversa fica combinada para o dia seguinte, na casa da cunhada de Joaquim, a uns cinco minutos dali.

Por esta altura, Francisco e Luís já têm dificuldade em enumerar rapidamente quantos baleeiros entrevistaram nos últimos dois anos. O trabalho começou em 2015, depois de receberem um apoio financeiro da Direcção Regional de Cultura do governo açoriano. Numa primeira fase percorreram em duas semanas as ilhas do Faial, Flores, Corvo, São

Identidades

Centro da vila das Lajes do Pico, no Sul da ilha, com o edifício do Museu dos Baleeiros à direita. A face mais visível da tradição baleeira ganhou uma dimensão com o turismo (cauda de um cachalote no stand de uma empresa de *whale watching*). À dir., o baleeiro Joaquim Quaresma encontra-se pela primeira vez com Francisco Henriques e Luís Bicudo



Jorge e o Norte da ilha do Pico. No início de 2016 estiveram na Terceira, Graciosa, São Miguel e Santa Maria. No total entrevistaram cerca de 70 pessoas, sobretudo baleeiros, mas também, em alguns casos, mulheres de baleeiros e vigias da baleia.

Na última fase, que decorreu em Setembro do ano passado, passaram duas semanas no Sul do Pico para finalizar esta recolha. “Quando chegámos aqui, há uma semana e meia, eu e o Francisco ainda vínhamos com a ideia de tentar repetir algumas dessas entrevistas que fiz há seis anos [para o documentário]. Repetimos algumas e foi difícil”, desabafa Luís. Em primeiro lugar, foi-lhe difícil reconhecer os efeitos que a passagem de um tempo tão breve teve nestas pessoas. À sua frente encontrou fragilidade, quando anteriormente tinha presenciado energia e longevidade. Preferiram concentrar-se em novos testemunhos.

“Neste momento o projecto é a construção de um arquivo de memórias, o arquivo possível”, reconhece Luís. “Se calhar é um bocadinho perverso dizer isso, mas o tempo colocou um processo de selecção natural neste trabalho. Já só vamos encontrar



“

Há uma espécie de canto do cisne, estes homens estão a desaparecer”

Francisco Henriques, investigador

e arquivar as memórias dos baleeiros que estão vivos.”

O vermelho na água

Em Julho de 1982, quando João Carlos Lopes e Miguel Vale de Almeida chegaram ao porto da Horta, na ilha do Faial, ainda encontraram baleeiros no activo. Mas poucos. Dessa ilha – a única com uma armação em funcionamento na época – João Carlos recorda cerca de 20 ou 25 baleeiros e o mais novo já teria 35 anos. Nesse ano a Comissão Baleeira Internacional anunciou a suspensão da caça de todas as espécies de baleias com início a partir de 1985 e 1986 – em dois séculos, a população de cachalotes tinha sofrido uma quebra de aproximadamente um milhão. “Era agarrar naquilo ou nunca mais ver a caça à baleia nos Açores”, explica João Carlos, actualmente técnico superior autárquico e investigador local, e que em 2009 editou em livro o resultado desta pesquisa. Os dois finalistas de Antropologia tinham a oportunidade de “assistir ao vivo ao último acto de uma epopeia”.

João Carlos não é o único a usar a pala-

vra epopeia para falar desta actividade nos Açores. Os ingredientes estão lá, elevando uma história de superação, sobrevivência e de aparente impossibilidade que se iniciou na monarquia, passou pela I República e pelo Estado Novo e apenas terminou quando a democracia portuguesa dava os primeiros passos. A história começa no século XVIII. Foi por esta altura que os míticos navios baleeiros norte-americanos começaram, ao parar nos Açores, a incorporar nas suas tripulações elementos açorianos. Começou assim também a diáspora açoriana, o primeiro de muitos episódios ao longo da História. Foram alguns destes homens que estiveram na origem das primeiras comunidades portuguesas na costa leste dos Estados Unidos. Foram alguns deles que, a partir de 1850, e após aprenderem as técnicas da actividade, regressaram às suas ilhas e formaram as primeiras armações baleeiras nos Açores. Essa herança ficou no próprio vocabulário: aparelhar o bote, “*to rig*” em inglês, ficou “*rigar*” para os baleeiros açorianos que, durante décadas, extraíram o óleo da baleia em “*traiois*”, outra corruptela do inglês, desta vez da palavra “*try-outs*”.



Veja o especial multimédia em
publico.pt/baleeiros-acoresh

“Era uma história grande e longínqua, que tinha mobilizado gerações de baleeiros”, explica João Carlos. “Nós iam assistir ao último acto dessa grande história que estava prestes a fechar os panos.” Durante quase dois meses partilharam os espaços e o tempo com os baleeiros da Horta. Dormiram numa escola primária a poucos minutos do Bairro das Angústias, onde viviam praticamente todos os baleeiros. João Carlos, em entrevista por telefone ao PÚBLICO, regressa a esses dias com uma memória vívida, fotográfica. “Estou a rever o rosto daquelas pessoas e pareciam-me já homens muito marcados pela vida difícil, mas não encaravam o trabalho como nada de transcendental, era mais um trabalho, como o dos pescadores.”

“Nessa altura, o heroísmo não estava em cima da mesa” – Miguel Vale de Almeida não tem dúvidas acerca disto. De facto, reteve da altura duas dimensões de percepção através das quais os baleeiros se encaravam. Com a lupa do “sacrifício e da dureza da actividade”, por um lado, e pela “ambiguidade da relação com o cachalote”, por outro. “Com reminiscências do que se pode encontrar, por exemplo, no toureio – o respeito pelo animal, a tristeza pela sua morte”, define o antropólogo e professor universitário.

Em 1982 ainda conseguiram assistir às caçadas à baleia e foram precisamente esses momentos aqueles que melhor se fixaram na memória de ambos. “Imagine um pequeno bote, com sete homens lá dentro, um homem de pé com uma lança na mão a fazer a aproximação a um bicho do tamanho de um autocarro. E tudo aquilo dependente de um balançar de cauda que pode deitar tudo abaixo.” João Carlos é o primeiro a reconhecer que aquilo que guardou na sua memória é quase irreal, próximo de um filme de acção. “O que é muito impressionante”, conclui João Carlos, “é a quantidade de mar vermelho. Parece que olhamos para o mar e só vemos vermelho. Os ecologistas não achariam muita graça a esta riqueza tradicional dos Açores mas não víamos os baleeiros como assassinos ou pessoas que faziam algo de reprovável.” Para ele eram “seguidores, os elos de uma cadeia” de uma história maior.

“Eles utilizavam muito uma palavra que nós tínhamos de desvendar. Não se podia ver na percepção mais literal”, recorda João Carlos Lopes. Essa palavra era “*vício*”. Aqueles homens sabiam que iriam ser os últimos. O seu arquipélago vivia um momento de mudança económica e social e os jovens procuravam olhar mais além, para outras possibilidades distantes do quotidiano duro e de sacrifício que associavam aos seus ancestrais. “O que eles chamavam ‘*vício*’ era essa dificuldade de encarar o fim de uma coisa que tinha marcado gerações. Era uma prática, uma ritualização de uma actividade →



que fazia parte da identidade deles, dos pais, dos avós. Nós sabíamos que não era vício. Era agarrar-se simbolicamente a uma coisa que tinha sido demasiado importante para aquelas comunidades.”

A memória das gentes pelas gentes

“O trabalho mais perigoso que o homem tem é a baleia. Não há nenhum mais perigoso, no mar, na vida marítima –porque aquilo é um animal que tem munta força. Só o ar daquilo! E sempre aparece aqui alg(a que se defende.” Manuel Silveira Carvão, baleeiro da ilha do Pico, em discurso directo. “Eu andei uns poucos anos de trancador e nunca baleia nenh(a me quebrou o bote, nã senhor. Porquê? É porque eu nunca mandava o bote por cima delas. Mandava o bote sempre cma daqui bem a essa parede, ou mais longe. O mais perto era cma daqui a essa parede. Tinha lugar quanto quisesse pra trancar à vontade. Elas às vezes vêm c'o rabo mas nunca partiu.”

O testemunho não faz parte do Arquivo de Memórias da Baleação que Luís e Francisco andaram a reunir. Na verdade, são palavras com mais de 30 anos, recolhidas pelo escritor açoriano José Dias de Melo na década de 1980, quando percorreu a sua ilha, o Pico, para falar com os conterrâneos. O “Mestre Carvão”, como era conhecido, tinha 74 anos e a baleação açoriana ainda continuava, ainda que já nos seus anos de estertor. Nessa recolha, um dos mestres baleeiros comenta mesmo que “havia mais embarcações do que pessoas para arrear nelas”.

A recolha de Dias de Melo foi publicada numa série de sete volumes sob o título *Na Memória das Gentes* e é ainda hoje um retrato à flor da pele de uma ilha, das suas tradições e simultaneamente da sua multiplicidade – o escritor optou por passar para o papel os testemunhos de forma oralizada sem os passar por um qualquer filtro de uma ortografia mais ortodoxa. A acumulação de depoimentos e histórias acaba por adensar o retrato do tecido social da ilha.

O escritor, cuja restante obra (romances, contos, recolhas etnográficas) também se deixou dominar pela ilha negra em que nasceu, é uma referência assumida para o trabalho de Francisco e Luís. Não é por acaso que o documentário de Luís tem como subtítulo *Para que a Memória Permaneça na Gente*. “O Dias de Melo conseguiu perceber na baleação características únicas, de comunhão entre a comunidade à volta de uma actividade, para mais sendo uma actividade que já não se realizava com estas técnicas em lugar nenhum do mundo”, explica Luís.

Esta mesma singularidade foi o motivo para que muitos outros, maioritariamente estrangeiros, tivessem vindo aos Açores, so-

Naquele tempo não havia outra coisa. Era o mar, era a terra e era a baleia. Era como ir para a guerra. Não sabia se iam voltar para trás”, diz Francisco da Silva, avô de Luís Bicudo. O neto acrescenta: “Quando o foguete rebentava na vigia, a vida em terra parava”

”

Memórias

O baleeiro Joaquim Quaresma encontra-se pela primeira vez com Francisco Henriques e Luís Bicudo. Na foto ao lado, Francisco da Silva, avô de Luís Bicudo e antigo baleeiro

bretudo às ilhas do Faial e do Pico, testemunhar a caça à baleia – aquilo que o biólogo marinho britânico Robert Clarke chamou de “indústria-reliquia”, dado o convívio do uso de técnicas ancestrais com o aproveitamento industrial dos cachalotes capturados.

Clarke foi o autor do primeiro estudo de relevo publicado sobre a baleação açoriana, em 1954. No seu *Open Boat Whaling in Azores* (ou *Baleação em Botes de Boca Aberta nos Mares dos Açores*, em português), resultado das dez semanas que passou em 1949 nas nove ilhas dos Açores, Clarke faz um relatório exaustivo sobre a baleação açoriana, enumerando o número e tipo de embarcações, passando ainda pelo número de cachalotes capturados ou mesmo pelo tipo de arpões utilizados.

A baleação açoriana chegou a cativar um príncipe italiano. Em 1956 Mario Ruspoli passou dois meses na casa dos faroleiros nos Capelinhos, ilha do Faial – um ano antes da erupção do vulcão. Para isso conseguiu um empréstimo de dois milhões de francos do famoso armador Aristóteles Onassis (ele próprio envolvido na baleação, ainda que de uma forma industrial diametralmente oposta ao que se passava nos Açores). Na sua mira estavam aqueles que considerava os últimos baleeiros do tempo de *Moby Dick*.

O Verão que Ruspoli passou no Faial ficou eternizado num documentário de 25 minutos filmado a cores, com porções ponderadas de realismo e lirismo. Por ele passa a faina baleeira mas também as chamarritas e o ambiente da comunidade, conduzindo o espectador para um desfecho quase de anticlímax, rumo à “maior morte do mundo” – a expressão usada pelo narrador para descrever a morte do cachalote, mesmo no final do filme.

Os exemplos sucedem-se, constantemente atraídos por essa ameaça de extinção que se abatia sobre a baleação açoriana. Seja *Barbed Water*, de Adrian J. Wensley-Walker, filmado em 1969, ou *The Last Whalers*, curta-metragem documental que William Neufeld filmou no Pico, ou ainda *Os Últimos Baleeiros*, documentário realizado para a RTP e estreado já no final dos anos 1980. Ou mesmo o caso da norte-americana Gemina Garland-Lewis, que passou alguns períodos de tempo entre 2008 e 2012 a recolher, para a National Geographic, os depoimentos dos baleeiros ainda vivos nas ilhas do triângulo (Faial, Pico e São Jorge).

O *Arquivo de Memórias da Baleação* de Luís e Francisco acrescenta uma componente audiovisual sem precedentes. Cada testemunho foi captado individualmente e é apresentado sem edição - num registo que mantém as hesitações e a linguagem corporal, aquilo que fica por revelar num suporte escrito ou fotográfico - com vista à criação de um arquivo consultável num futuro próximo. Para além disso, pela primeira vez reúnem a me-

mória oral de todas as ilhas do arquipélago.

“Tem sido interessante fazer este trabalho com este distanciamento. A maior parte são pessoas idosas, com mais de 70 e 75 anos. Se as entrevistas tivessem sido nos anos 1990, o registo seria completamente diferente. Poderia ser mais azedo, de ruptura traumática. Aqui há um distanciamento que marca esse registo”, explica Francisco.

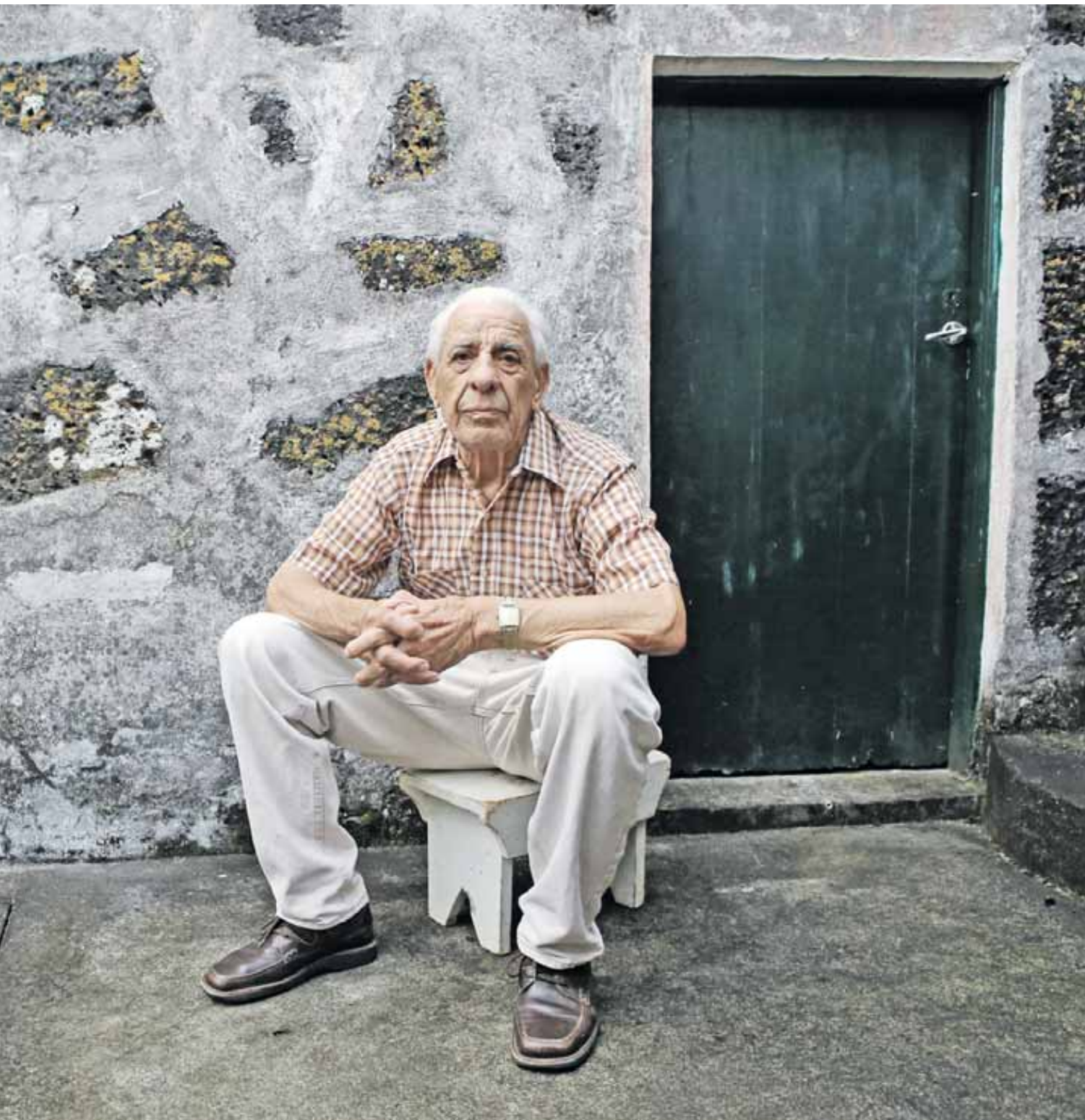
“Eu era uma criança ao pé deles...”

Joaquim Quaresma aguarda junto à estrada, como combinado. Com um sorriso. Reage ao atraso com um “it’s okay” arrastado, de quem sabe que o tempo sobra e que em simultâneo denuncia as décadas de vivência no Canadá. Está de regresso ao Pico para as suas férias habituais, a ilha onde cresceu e viveu até conseguir sair.

“Os meus filhos e os meus netos não sabem o que é uma baleia. Não sabem se é apanhada com anzol ou com arpão...” É assim que retoma a conversa do dia anterior.

Joaquim nasceu num tempo em que ne-





abaixo, senta-te mais aqui, senta-te mais ali”. Joaquim fazia o que o mandavam fazer. “Até ir abrindo os olhos.” E fica em silêncio, ensimesmado.

Ainda consegue recordar o odor fétido que tomava conta do ar e os obrigava a fechar as janelas de casa durante uns dias, enquanto ao lado, na fábrica, se processavam os cachalotes. Quando as condições do tempo não permitiam, era por ali que ficava. Caso contrário, e sempre que o foguete soava, convocando os baleeiros para mais uma caçada, Joaquim “largava tudo, nem levava o caminho certo, até saltava muros”.

No Verão trabalhava na pesca do atum, praticamente em simultâneo com a baleação. Quando havia saída à baleia e ele não podia, o pai, na altura já com mais de 50 anos, ia na sua vez. “Sempre recebia mais uns trocos”, resume.

Mal houve uma oportunidade, saiu dos Açores. Emigrou para o Canadá em 1972, com 30 anos. “Sempre tive a ideia de tirar a carta de trancador, mas vi que não era vida para mim. A pesca da baleia é pesca de pobre”, resume Joaquim.

“Graças a Deus a minha vida correu bem lá fora, no estrangeiro. A minha vida foi a fazer barcos. Não sou rico, mas tenho saúde. Criei dois filhos, tenho o meu *backyard*.” O futuro não estava na baleação. Sem nos apercebermos, regressa o Joaquim recolhido nas suas próprias memórias. “É a vida que passou. A vida que passou, amigo.”

Um cachalote a mergulhar nos mares dos Açores

Um grupo de turistas alemães está siderado a olhar para um expositor do Museu dos Baleeiros. Em destaque, um arpão de ferro, retorcido, testemunha perene do temível poder do cachalote. Manuel da Costa Júnior cumprimenta-os com regozijo, recebe-os como hóspedes de casa. Filho de baleeiros, é o director do Museu do Pico – estrutura da qual fazem parte o Museu dos Baleeiros, nas Lajes, mas também o Museu da Indústria Baleeira, em São Roque – desde 2000. É uma figura carismática na ilha.

Seguimo-lo até ao principal espaço do museu. No centro, o elegante *Santa Teresinha*, um dos primeiríssimos botes baleeiros dos Açores. “A baleação tem um lado romântico muito interessante, porque acabámos a caçar baleias como os bascos o faziam nos séculos VIII, IX e X. Com um bote muito semelhante, arpão e lança.” O bote posicionado no centro da sala impressiona, mais ainda se pensarmos que os seus dez metros de comprimento empalidecem, quando comparados com a dimensão de um cachalote. Um macho pode chegar aos 18 metros de comprimento e pesar 50 toneladas. “Isso cria um →



nhum rapaz da ilha podia fugir da aspiração de ser baleeiro. “Não havia Lady Gaga ou Spice Girls, os baleeiros eram os heróis”, vai dizer-nos Luís Bicudo uns dias mais tarde. O pai de Joaquim foi baleeiro toda a vida. Andou por quase todas as ilhas dos Açores. “Só não estive em Santa Maria e no Corvo. E não foi só o meu pai, foram muitos...”, conta. A baleação foi, para além de um elo de ligação entre a ilha e o mundo, uma actividade que fez mexer o arquipélago.

Enquanto fala, revelam-se dois Joaquims. Aquele que fala do presente de forma vivaz e aquele que recorda o passado com uma contenção pungente. No primeiro, o inglês atropela o discurso, como quando fala dos “*buses*” que a filha conduz no Canadá. No segundo, as memórias em português são muitas vezes cruzadas por uma pausa para engolir em seco. Pela comoção.

“Saí da escola com 13 anos, tirei a licença aos 14. Fui para a baleia aos 15. Era uma criança ao pé deles, uns homens de 50 ou 60 anos para cima.” O respeito imperava dentro do bote. Era “senhor acima, senhor

RUSSELL & PURRINGTON/NEW BEDFORD WHALING MUSEUM



certo fascínio”, explica o director do museu.

A preservação do património baleeiro tem estado em cima da mesa para o governo regional açoriano, pelo menos desde 1998. Foi por essa altura que foram introduzidas as primeiras políticas governamentais para esta área. Corria-se então o risco de perder o património baleeiro móvel – os botes e as lanchas de reboque, embarcações a motor introduzidas em algumas ilhas a partir dos anos 1930 –, explica em entrevista por email Nuno Ribeiro Lopes, director regional da Cultura dos Açores. Dois anos depois, um novo decreto fixava a regulamentação dos apoios àquele património.

Manuel da Costa Júnior acompanhou de perto esse processo. Através do museu – instalado há décadas em três antigas casas dos botes – mas também à sua volta. Os botes foram recuperados, ganharam nova vida com as regatas, outras casas dos botes fugiram à decadência que lhes parecia destina- →

da. O enquadramento legal acabou por ser central num processo de construção de uma identidade açoriana. “Não é por acaso que a região encontrou para a sua imagem identitária um cachalote a mergulhar no oceano. É a imagem dos Açores, que é colocada nos aviões, em tudo o que é revista...”, refere o director do Museu do Pico.

Nos anos 1980, quando estive no Faial, João Carlos Lopes já conseguia antever essa direcção. “Em confronto com o resto da realidade açoriana, mais prosaica, a baleação é uma coisa singular, rara, marcante, com toda essa força que permite reconstituir uma identidade ou construí-la mesmo ou sonhar uma identidade que vá para além do que ela foi. Não seria criar vacas ou plantar ananases em São Miguel”, defende.

O director regional da Cultura dos Açores reconhece que este “tem sido um processo complexo e intenso”. “[Esta apropriação do mar] como elemento essencial do imaginário icono-

Muitos tempos

Gravura da Horta, de Russell&Purrrington no Museu dos Baleeiros. À dir.: Manuel da Costa Júnior, director do Museu do Pico, estrutura na qual está incluído o Museu dos Baleeiros, com um grupo de turistas

gráfico e mitográfico [é] a nossa razão de ser.”

Essa espécie de renascença baleeira consolidou-se também na dotação orçamental do governo regional destinada a esta área. O projecto Baleiaçor, executado entre 2008 e 2010, contou com um orçamento de 450 mil euros (dos quais 382.925 euros provenientes do Fundo Comunitário EEA Grants (Noruega, Islândia e Liechtenstein)). Visou a recuperação de dez botes baleeiros e de uma lancha de reboque, o apoio à realização de regatas de botes baleeiros (já consideradas património baleeiro regional) e o levantamento de documentação. Segundo o director regional da Cultura, o projecto permitiu uma reformulação e reinvenção do património baleeiro, “colocando-se ao serviço das populações e do fortalecimento da sua identidade cultural”.

Em 2014, por exemplo, o apoio regional anual para esta área ultrapassou os 100 mil euros. Nos últimos anos, e de acordo com dados fornecidos pela Direc-

“

Acabámos a caçar baleias como os bascos o faziam nos séculos VIII, IX e X. Com um bote muito semelhante, arpão e lança” Manuel da Costa Júnior, director do Museu do Pico

ção Regional de Cultura, o montante total de apoio fixou-se acima dos 150 mil euros anuais. Só este ano foram financiados 23 projectos, num total de 166.405,23 euros.

Francisco Henriques compreende que “num contexto democrático e de autonomia, para compensar as diferenças locais entre ilhas, se tente valorizar um denominador comum que seja apelativo e que seja símbolo de transição da tradição para a modernidade”. A transição entre a baleação e as várias empresas turísticas de observação de cetáceos que existem pelo arquipélago é um testemunho claro desse processo.

“Mas, quando ouvimos os baleeiros, percebemos que a narrativa é mais complexa”, defende Francisco. “Parece-me que os baleeiros terão sido o parente pobre nesse processo, que a experiência individual poderá ter sido considerada algo irrelevante na construção desses discursos que pretendiam criar uma narrativa que una as pessoas à volta da identidade regional da baleação.”

“A memória não é uma realidade, é uma construção”, argumenta o director do Museu do Pico. “Passados estes anos, quando falamos de uma actividade, falamos da sua memória e nessa perspectiva há ilhas que não se apropriaram dessa memória como outras. Há ilhas que corporizam e centralizam essa identidade ou identidades da cultura baleeira insular.”

É aqui que entra o projecto de recolha da memória oral feito por Francisco e Luís. Francisco adverte: “Não estamos a fazer isso para descobrir novos enigmas. Este projecto é feito clara e confessadamente com uma intenção de influenciar as políticas de património baleeiro.” É o próprio Francisco a assumir que gostava que esta perspectiva tivesse uma expressão no museu, indo ao encontro daquilo que o director regional da Cultura sugere, quando nos fala da “atualização da museografia dos museus dos baleeiros e da indústria baleeira, em curso neste momento, que dotará estas unidades da visão regional, que agora lhes falta”.

A investigação sobre a baleação açoriana não é recente nem escassa. Sabe-se que existiram armações, que havia turnos longos nas fábricas. Os rostos dos baleeiros estão presentes em alguns espaços museológicos. No Museu dos Baleeiros há até uma parede repleta de retratos destes homens. Francisco e Luís querem dar a oportunidade de eles se explicarem, de descreverem a sua vida. “Os baleeiros não reclamaram para si esta construção da memória; agora nós achamos que isso é relevante, até porque a comunicação que pode ser feita dessa experiência dando-lhes a voz, mesmo a um nível quase cénico e de descrição pormenorizada das técnicas, os baleeiros fazem-no na perfeição. São os melhores artistas, nesse sentido.” Por agora, o olhar dos baleeiros continua a



seguir-nos pelo museu a partir das molduras, em surdina.

“Era a terra, era o mar e era a baleia”

Luís Bicudo tinha-nos avisado. Quando era mais novo, tinha de ser ele a puxar pelo avô quando queria ouvi-lo falar sobre a baleação. Francisco da Silva parece agastado por ter de contar estas histórias mais uma vez, mas acede, e com um fôlego intemporal muito particular. Ouvimo-lo dizer “naquele tempo não havia outra coisa. Era o mar, era a ter-

ra e era a baleia” e quase que conseguimos imaginar um livro a iniciar-se à nossa frente. Podia ser “Chamem-me Ismael”, o arranque de *Moby Dick*.

Encontramo-lo no final de Setembro do ano passado em Santa Cruz das Ribeiras, no Sul do Pico. Tanto o avô como a avó de Luís estão de passagem pela aldeia. Mudaram-se para o Faial nos anos 1970 e hoje em dia, ultrapassados os 90 anos, passam a maior parte do tempo junto dos filhos do outro lado do canal. Na casa pequena e pontuada por fotografias de família, Luís trata os avós com

um cuidado ostensivamente carinhoso, o de quem sabe estar a lidar com relíquias.

Ao avô parece que já fez todas as perguntas e que sabe todas aquelas histórias de cor, mas continua a segui-lo atentamente com o olhar. Pede-lhe para contar uma história em particular. Aquela em que o avô, Francisco da Silva, falhou a saída ao mar por estar “pregado no sono”. Para sua sorte, o vigia perdeu a baleia depois de esta mergulhar e só à tarde, quando já estava bem acordado e conseguiu ir no bote, é que a apanharam. “A baleia estava à espera do avô”, sussurra-lhe Luís.

No pátio da casa, o antigo baleeiro vai sacudindo memórias. Começou aos 15 ou 16 anos. Não consegue dizer exactamente. O seu pai também era baleeiro, um trancador, o homem responsável por arpoar o cachalote. Um dia, o pai lançou o arpão, mas a baleia atirou-o pelo ar e teve de ser levado para o Hospital no Faial. Depois disso, pediu ao mestre do bote para procurar um substituto. O próprio Francisco também foi apanhado de surpresa algumas vezes durante a caça à baleia. Lembra-se de uma em particular. A baleia estava praticamente moribunda, mas uma distração pôs em perigo os baleeiros. “Ela veio do fundo para cima, deu uma marada no fundo do bote e meteu uma tábua para dentro.” Valeram-lhes as grossas camisolas de lã de ovelha que levavam na altura. Taparam o buraco com as camisas e a lancha arrastou-os juntamente com o bote para terra. “Hoje em dia os novos não acreditam”, garante Francisco. Não será o único antigo baleeiro a largar um desabafo semelhante.

Praticamente durante todo o seu período activo, a baleação foi uma actividade subsidiária. A vida nas comunidades desenrolava-se de forma orgânica, muitas vezes num formato de auto-sustentabilidade. A baleação representava portanto um suplemento orçamental para as famílias. No final de uma temporada, quando os produtos extraídos dos cachalotes eram vendidos no mercado internacional, os baleeiros recebiam a sua parte, a soldada. “Havia aqui três ou quatro lojas, eu tinha uma caderneta e o dono tinha outra. A gente comprava fiado e, quando a gente recebia o dinheiro, ia pagar.” Comprava-se farinha, açúcar, café, um pequeno electrodoméstico, tudo aquilo que a terra e o mar não podiam providenciar.

No caso da baleação açoriana não faria sentido recorrer aos grandes navios-fábrica com que os norte-americanos, entre outros, baleavam. As próprias ilhas, suspensas no meio do Atlântico Norte e em pleno habitat e rotas migratórias dos cetáceos, faziam as vezes dessas embarcações. Este facto não é um pormenor. Esta baleação costeira implicava, desde logo, um envolvimento maior da comunidade.

Luís toma a palavra. “Toda a gente →

Baleação

O último cachalote foi caçado nas águas dos Açores há 30 anos, um século depois do início da actividade nos Açores

era baleeiro. Quando o foguete rebentava na vigia, a vida em terra parava e as pessoas – que estavam na construção, a lavar a terra, na pesca artesanal – paravam para ir apanhar baleias. Se os homens paravam o que estavam a fazer, alguém tinha de ficar atrás a tomar conta do que eles estavam a fazer. A avó costumava contar-lhe que os homens corriam em direcção ao porto e que as mulheres corriam também, seguindo-os. Elas sabiam que eles não estavam preparados, faltava-lhes roupa e comida para ter no mar. Francisco da Silva resume: “Quando a gente saía de casa para a baleia, a gente era como ir para a guerra. Não sabia se iam voltar para trás, porque naquela altura morria muita gente.”

Lembra-se desses dias de alvoroço, sobretudo do ambiente de uma época em que em Santa Cruz das Ribeiras havia três companhias, em que a aldeia vibrava, quando em cada casa viviam quatro ou cinco pessoas. “E todos viviam, trabalhavam as suas terras, iam ao mar. Faziam-se festas bonitas aqui nas Ribeiras”, assegura. “Era uma actividade que criava realmente um imaginário em toda a comunidade”, acrescenta Luís.

Os nomes dos antigos baleeiros escorrem pelas bocas de ambos com facilidade. Os apelidos, as alcunhas. Há algum peso romanesco por estes lados. Encontramo-lo gravado na pedra. Não directamente no basalto que domina a ilha, essa rocha impermeável e sombria, rija, mas que se quebra em biscoitos, que arquiva a história milenar dos que a pisaram. Na marina da vila das Lajes do Pico, uma estrutura em forma de pórtico em mármore branco contrasta visualmente com o cenário da terra e do mar. É o monumento ao baleeiro, assinado por Pedro Cabrita Reis. Nele se inscreveram os nomes de baleeiros, de vigias, de construtores de botes, de quem fez da actividade a sua vida durante décadas.

“Está ali o nome do meu bisavô, o pai da minha avó.” Luís aponta para o nome Artur Silveira, mais conhecido por “Artur Faidoca”. A origem da alcunha perde-se no tempo. Imediatamente acima há mais um Faidoca e um pouco por todo o monumento vão-se formando pequeno núcleos. É a conceito de linhagem a fazer-se notar, os nomes a ecoar com um significado maior do que à primeira vista lhe daríamos, como se pertencessem a uma mitologia perdida.

“O que eu sinto é que as pessoas não dependiam da baleação, mas era uma actividade que só era possível com estas pessoas. Era dura e as pessoas estavam habituadas a uma vida dura”, explica Luís. A actividade contava com o conhecimento empírico destes homens, que à sua maneira tinham de perceber de mares, de meteorologia, quase até de biologia. “Quando ando hoje nos botes, percebo que as gentes de hoje não podiam andar à baleia, levam montes de tempo a

fazer uma coisa. [Na altura] a vela e o mastro tinham de vir para baixo imediatamente, era preciso pôr o remo de esparrela e era preciso ter atenção à linha que estava a correr, enquanto tudo isto acontecia. Até era preciso molhá-la, porque era tal a velocidade que ela passava aqui a fumar [depois de o cachalote ser arpoado].”

Quase que ouvimos a voz do avô de Luís, a dizer-nos sem qualquer vestígio de azedume: “Hoje em dia os novos não acreditam. São criados de outra maneira. Era uma vida triste, mas não havia outra vida.”

A alguns quilómetros dali, na freguesia de São Mateus, uma casa parece ter sido rebocada há pouco tempo. Algumas marcas de cimento destoam da brancura das outras paredes exteriores. As janelas estão fechadas, tal como a porta. A rede que se agita à entrada é o único sinal de vida. É a casa de José Silvino, o homem que ficou na boca do cachalote e sobreviveu. A história corre. Há quem a conte de forma mais detalhada, há quem a recorde com uma névoa de onde apenas se distinguem os principais momentos.

O próprio já não pode esclarecer os contornos reais do acidente. Está debilitado e mudou-se para a casa de uma sobrinha. Um sobrinho resume o episódio de forma directa. “Levou 55 pontos. Mas, pronto, salvou-se.” Manuel Bettencourt, um outro sobrinho que baleou apenas durante dois breves períodos nos anos 1979 e 80, recorda a história com os pormenores aventureiros de uma lenda.

“É um caso inédito”, inaugura o relato. “Na altura ele era o arpoador do cunhado, que já era oficial. Trancou a baleia e não houve problema nenhum”, continua em suspenso, antes de desembulhar de uma vez só os pormenores do acidente. O cachalote irrompeu debaixo do bote, de boca ainda aberta e pegou em José Silvino, que ficou preso nos dentes enquanto a baleia submergia ligeiramente à tona da água. Só quando o animal mergulhou um pouco mais e abriu a boca é que o baleeiro se soltou. “Teve uma sorte impecável”, conclui Manuel, enquanto aponta para a sua barriga a explicar a dimensão das costuras com que José Silvino ficou, como marcas de um episódio inacreditável.

“Há a construção individual e também há a construção social”, diz Francisco Henriques. “Não temos uma postura demasiado rígida quanto à fiabilidade. Às vezes ouvimos histórias que poderão não parecer inteiramente reais – até podem sê-lo, mas não as conseguimos imaginar precisamente por ser uma actividade que já não existe. Mas há sempre algum tipo de informação factual que podemos cruzar com outras informações.” “Mesmo dentro dessas narrativas criadas estão vários detalhes da vida social que vamos apreendendo e que consideramos muito importantes”, conclui.



“As pessoas não dependiam da baleação, mas era uma actividade que só era possível com estas pessoas”
Luís Bicudo, realizador

“Se calhar o mundo era mais pequeno”

Atrás da casa de Luís Bicudo impõe-se uma encosta que ocupa o horizonte. Uma escarpa verde que perdemos de vista, cortada por uma neblina familiar na ilha. “O mundo está diferente, as pessoas têm mil interesses à sua disposição”, desabafa. “Há 50 anos uma pessoa estava aqui...” e dirige o seu olhar para a tal encosta. “Ainda há bocado o meu padrinho falou de ter nascido aqui e pensar que atrás daquela colina era a América. Nunca tinha saído daqui, e agora vive na América. Se calhar o mundo era mais pequeno.”

Luís procurava uma explicação para aquilo que define como um desinteresse pela história desta actividade que terminou há exactamente três décadas no arquipélago. Há investigação sobre o tema, há investimento regional, as regatas mobilizam anualmente a comunidade, incluindo os jovens. Mas Luís

JOSÉ LUÍS ÁVILA SILVEIRA/PEDRO NORONHA E COSTA/ARQUIVO DE VILLA MARIA



Uma baleia — Vêlas, San Jorge — Açores.

sente que esse interesse não se traduz para outros domínios — como os baleeiros.

É também por isso que nestas dezenas e dezenas de entrevistas Francisco e Luís optaram por uma abordagem simples. A câmara de vídeo acaba por ser o único intruso entre eles e os baleeiros. “Deixamo-los falar muito”, conta Francisco. As conversas tomam o rumo que as memórias dos baleeiros sugerirem, ainda que haja alguns pilares essenciais, como o conhecimento empírico, a economia familiar e da comunidade, a religião.

“Embora o nosso objectivo seja constituir um arquivo que possa ser trabalhado por outras pessoas, claro que temos uma empatia enorme, um fascínio. E muitas vezes também nos comovemos com os registos que ouvimos”, revela Francisco.

“A verdade é que há registos múltiplos e é difícil ter só uma linha de interpretação sobre isso. O importante não é tanto a síntese, mas a recolha.” Francisco confessa mesmo que é (ainda) difícil fazer uma síntese. “Cada bale-

“Este projecto é feito confessadamente com uma intenção de influenciar as políticas de património baleeiro”

Francisco Henriques, investigador

eiro tem uma história para contar e tem uma história própria. E é essa diversidade que é rica e que deve estar disponível.”

Este projecto é uma luta contra a perda de memória?, perguntamos a Luís Bicudo. “Sim, contra a perda de memórias, contra a perda da identidade.” Depois de uma longa-metragem e deste arquivo de memórias da baleação, Luís já aprendeu a refrear a sua emoção sobre o assunto. A passagem do tempo trouxe-lhe uma serenidade que lhe permite dizer coisas como: “O rumo natural das coisas é que as pessoas morram, não é?” Ou: “Vai chegar o dia, e eu provavelmente vou assistir, em que já não resta nenhuma pessoa viva que tenha estado ligada à baleação nos Açores.”

O bananal da família de Luís Bicudo é também um dos sinais do tempo que passa. No tempo dos bisavós não se plantavam bananas naquele terreno, nem nos circundantes. O solo servia para plantar e colher aquilo que as necessidades diárias impunham. Milho, batatas, batatas-doces. As bananeiras apare-

ceram quando as pessoas passaram a estar menos dependentes das suas culturas.

Em redor, muros de pedra basáltica delimitam pequenas vinhas, mas também outros bananais, aparentemente mais organizados do que aquele que o avô de Luís plantou há já alguns anos. As bananeiras desenham os seus próprios carreiros, desordenados, desarrumados, estimulantes. Como os filamentos ardilosos da memória.

Luís Bicudo deixa o bananal para trás, encaminhando-se para casa, escolhendo um caminho diferente daquele que nos levou até lá. Um percurso que o faz percorrer grande parte da aldeia de Santa Cruz das Ribeiras, e ao longo do qual vai apontando aquilo que mudou desde que a conheceu pela primeira vez. Estanca numa rua longa, no caminho para casa. “Isto também é arquitectura baleeira. A rua vai dar directamente à rampa onde estavam os botes. A rua acaba e começa ao mar.” Tudo isto é dito com um sorriso intrigante.

“Foi um período da história que passou”, diz Luís, rejeitando à partida qualquer rasgo nostálgico. Aquilo de que sente falta não é da actividade, mas do pulsar quotidiano que ela de alguma forma trazia àquela aldeia. “Esta freguesia chegou a arrear à baleia nove botes. Sete homens em cada bote, as famílias deles, o pessoal das lanchas. Era uma freguesia cheia de vida, com muitas crianças. Chegou a ter três padarias. Hoje não tem nem uma. Tenho medo de que isto caminhe para o fim, que daqui a 50 anos não haja ninguém daqui. É disso que sinto saudade. De pessoas que mantenham as tradições. E manter as tradições não quer dizer fazer como os avós faziam, mas que se parta daí. As pessoas não estão atentas às histórias orais e portanto vai-se perdendo.”

Foi isso que fez — que tem feito, aliás. Ouvir, fazer perguntas. Ouvir de novo. Com isso aprendeu que não há narrativas simples para explicar a baleação. Aprendeu que a baleação foi também um importante factor de comunicação entre ilhas, e bastava olhar para o avô, um “filho da baleação”, que nasceu porque o pai dele foi baleiar para a Terceira e lá conheceu a mulher. Aprendeu que, apesar de estes homens não serem biólogos marinhos, conheciam bastante bem o cachalote. Se não o conhecessem, não o poderiam caçar.

“Aprendi muito. Nunca cacei uma baleia mas... mas quase sei como se faz. Apesar de, se calhar, se o fizesse, ia correr muito mal”, reconhece. “O meu consolo é daqui a uns 50 anos ser um especialista. Quando já não houver ninguém.”

frederico.batista@publico.pt

A viagem do jornalista teve o apoio da Direcção Regional de Cultura — Governo dos Açores

Infograma

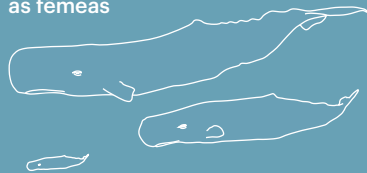
Cachalote: de mítico

Inspirou livros e lendas, mas durante séculos, foi caçado de forma sistemática em vários pontos do globo. A população de cachalotes terá sofrido uma quebra de 60% entre os séculos XVIII e XX. Ainda não é conhecida a actual tendência populacional da espécie

Cachalote (*Physeter macrocephalus*)

Impõe-se pela sua dimensão: é o maior dos cetáceos com dentes e também o maior animal com dentes existente. Tem ainda o maior e o mais pesado cérebro do mundo animal.

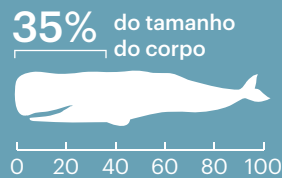
Os machos adultos podem ser até três vezes maiores do que as fêmeas



Nascem com quase 4 metros e 1 tonelada

Macho
15 a 20 metros / 70 Ton

Fêmea
11 a 15m / 20 Ton



Um dos seus traços morfológicos mais característicos é a dimensão da cabeça, com um formato ligeiramente quadrado

Barbatana dorsal pouco desenvolvida

Espiráculo

Maxilar inferior muito estreito

Barbatanas peitorais reduzidas, em forma de remo

De cor entre o castanho arroxado e um cinza escuro, tem a pele enrugada em estrias horizontais

LONGEVIDADE

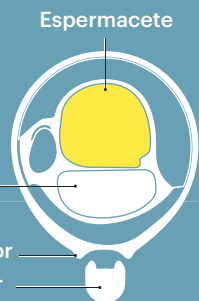
60-70 anos

DENTIÇÃO

17 a 25

pares de dentes na mandíbula inferior, que encaixam em depressões redondas no maxilar superior. Cada dente pode pesar 1kg e medir 27cm.

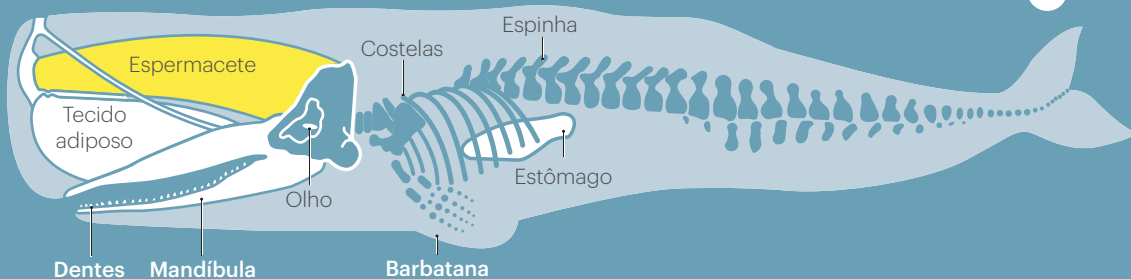
Tecido adiposo
Maxilar superior
Maxilar inferior



O espermacete - a substância cerosa de cor leitosa presente na cabeça do cachalote - foi o principal responsável pelo persistir da caça a este animal durante séculos. Procurado no mercado internacional, este óleo era usado na lubrificação de maquinaria industrial, na produção de cosméticos e compostos farmacêuticos, e na iluminação pública. De um cachalote adulto poderiam extrair-se 2 toneladas de óleo. Tanto nos Açores como na Madeira, numa fase inicial, o óleo era extraído e processado pelos próprios baleeiros que o derretiam

em caldeiras a "fogo directo", normalmente localizadas nos portos. O processo foi sendo industrializado e em meados do século XX apareceram fábricas que faziam esse processo com autoclaves a vapor.

Para além do óleo, eram ainda aproveitadas as barbatanas do cachalote, os ossos (posteriormente triturados e reduzidos a farinha) e ainda o âmbar cinza, que se forma no intestino deste animal e que tinha grande valor comercial dado o seu potencial para fixar as fragrâncias

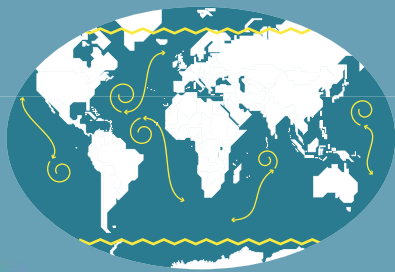


Por Cátia Mendonça, Célia Rodrigues e Frederico Batista

co a vulnerável

Habitat

Zonas marinhas de grande profundidade onde se podem alimentar sobretudo de lulas e outros cefalópodes.



Distribuição

Em todos os oceanos com excepção das zonas próximas das calotas polares. É praticamente residente nas zonas marítimas dos Açores e da Madeira. Mas verificam-se amplos movimentos migratórios: no Inverno, sobretudo os machos, circulam em zonas de águas temperadas, rumando para os extremos no Verão

Protuberâncias entre a barbatana dorsal e caudal

O sopro, muito característico, do cachalote pode atingir até 5 metros, inclinando-se para a frente e esquerda num ângulo de 45°

Os mergulhos iniciam-se com uma inspiração profunda, seguida de uma elevação da cabeça, da submersão e do curvar da parte traseira sobre a água até a barbatana se posicionar verticalmente

Após atingir uma profundidade entre os 100 e os 220 metros, inicia uma série de estalidos emitidos em intervalos entre meio e um segundo. Estes estalidos regulares funcionam como uma espécie de sonar de longo alcance

Os cachalotes são capazes de mergulhar até 2000 metros de profundidade e permanecer submersos durante mais de 2 horas

Barbatana caudal

VU
Estado de conservação (IUCN)

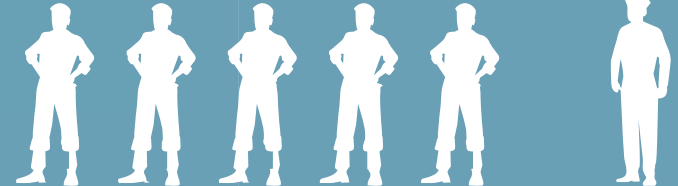
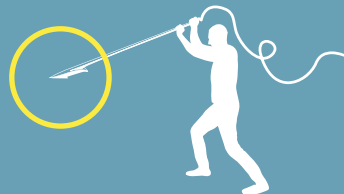


Tripulação do bote baleeiro

TRANCADOR OU ARPOADOR

CINCO REMADORES

MESTRE



Responsável por lançar o arpão sobre o cachalote e, depois de trancado, atingi-lo com a lança

ARPÃO

Utensílio feito em ferro para a caça à baleia



Ponta móvel aguçada com rebarba, que se fixa na carne quando puxada

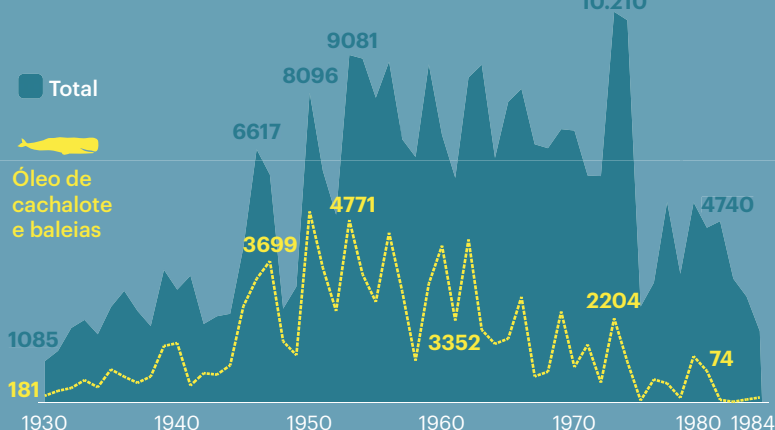
Bote baleeiro dos Açores

A embarcação descende das que seguiam nos grandes navios-baleeiros americanos nos séculos XVIII e XIX, cujas tripulações incluíam açorianos. Desde 1850 e durante as primeiras cinco décadas de caça à baleia nos Açores, os botes americanos foram usados no arquipélago, mas as dificuldades de importação dos mesmos acabaram por levar à criação de um novo modelo. O primeiro bote baleeiro açoriano, construído pelo mestre Francisco José, o “Experiente”, surgiu no final do século XIX, no Pico.

O bote açoriano é mais comprido e esguio do que o americano, que era adaptado ao tipo de caça itinerante e de longo curso, associado a navios-fábrica. Já os açorianos praticavam uma baleação costeira e artesanal. Os botes – movidos a remos e à vela e feitos de madeiras leves – tinham de ser assim para entrarem e saírem das rampas dos portos, igualmente pequenas porque escavadas no recorte vulcânico das ilhas, e hidrodinâmicas, de forma a chegar de forma rápida aos locais onde os cachalotes eram avistados.

Exportação de óleos de origem animal

Em toneladas



O apogeu da indústria (nos Açores e na Madeira) dá-se a partir de 1945 e durante as duas décadas seguintes. O contexto da II Guerra Mundial contribuiu, bem como a modernização das técnicas industriais